

## **Tutela e Curatela Especial**

Tutela e Curatela Especial são relações jurídicas entre tutores e tutelados (o sujeito da tutela ou da curatela) criadas por ordem de um tribunal com jurisdição própria. Na Flórida, o Tribunal de Sucessões tem jurisdição exclusiva sobre a nomeação de tutores para menores, para adultos com deficiência e adultos portadores de deficiência mental sob a defesa da tutela. Pessoas físicas ou jurídicas que desejam servir como tutores e curadores especiais (veja o Estatuto da Florida, capítulo 393.12) estão sujeitas aos mesmos poderes, deveres e responsabilidades delineadas no Estatuto da Flórida, capítulo 744, ou aqueles definidos por ordem judicial nos incisos do capítulo 744.

A tutela pode ser criada para a pessoa tutelada, para a propriedade da pessoa tutelada ou para ambos. A tutela de uma criança menor é diferente da custódia de um menor. O tribunal de sucessões não tem autoridade para conceder a tutela de uma criança menor que tenha pais vivos para alguém que não sejam os próprios pais, sem o consentimento ou sem um pré-aviso para cada um dos pais. O tutor não precisa ser a mesma pessoa que o curador, embora uma pessoa pode certamente servir como tutor e curador ao mesmo tempo. Pode haver dois ou mais responsáveis que serão referidos como corresponsáveis.

De acordo com os Regulamentos do Tribunal de Sucessões da Florida, Regra 5.030, para obter a guarda de um menor, de um adulto que sofre de debilidades do envelhecimento ou de outra pessoa que tenha atingido a maioridade, você deve contratar um advogado de defesa da tutela, conforme o Estatuto da Florida, capítulo 393.12. A deficiência no desenvolvimento mental é exceção a esta regra. Para um menor, o advogado vai apresentar uma petição com o pedido em nome do tutor proposto.

No caso de um adulto, o advogado apresentará uma Petição de Incapacidade explicando a suposta incapacidade, além de um Questionário para Indicação de Tutor, em nome da pessoa que quer se tornar o tutor. O Tribunal também vai nomear três membros do

Comitê de Exame para avaliar a pessoa incapacitada proposta e apresentar um relatório escrito delineando as habilidades dessa alegada incapacidade.

No Nono Circuito Judicial, antes de audiências para determinar a tutela, todos os tutores e curadores especiais devem ser submetidos a uma verificação de antecedentes criminais, (*Level Two Live Scan Background screening*). (Informações sobre locais e provedores de serviços podem ser encontrados no site da internete <http://www.ninthcircuit.org/research/court-forms/probate>). Esta verificação determinará se o requerente tem antecedentes criminais que o desqualifique ou antecedentes criminais não revelados.

Os atestados de antecedentes criminais precisam vir diretamente da Polícia da Flórida e do FBI (Federal Bureau of Investigation), para a ORI (FL048094Z) designado para tutores familiares. Se uma condenação que o desqualifique ou se uma suspensão da decisão de culpa num julgamento, ou uma decisão de tutela, ou incapacidade for revelado, o advogado ou o proposto curador especial receberá uma carta explicando que há um evento que o desqualifica.

O Estatuto da Florida, capítulo 744.309 (3) afirma: "Os indivíduos que foram condenados por um crime, ou que por motivos de invalidez ou doença não podem cumprir com os deveres de um tutor, e aqueles que, por outros motivos são pessoas inadequadas para desempenhar as funções de um tutor, não deverão ser indicados para atuar como tutores. Além disso, qualquer pessoa que tenha sido condenada por abuso, abandono ou negligência contra uma criança, tal como definido nos capítulos 39.01 e 984.03 (1), (2) e (37), ou que tenha sido considerada culpada, independente do acordo judicial, ou que declarou que não se opunha ou culpada por qualquer ofensa proibida, conforme estatuto 435.04 ou estatuto semelhante em outra jurisdição, não poderá ser nomeada como tutor ou curador".

O monitor do tribunal faz a verificação de crédito em todos os candidatos que desejam nomeação como Curador da propriedade no Nono Circuito Judicial. Se o histórico de crédito de um proposto tutor revela que não há problemas, um documento atestando este

fato é anexado ao processo de tutela do Tribunal. No entanto, se o requerente tem crédito duvidoso, ele ou ela deverá explicar, por escrito, as razões deste crédito prejudicado. Depois de receber a explicação, um documento explicando o crédito do tutor proposto e a declaração do proposto tutor é anexado ao processo de tutela.

No Estatuto 393.12, da Flórida, uma pessoa que deseje se tornar o curador especial de uma pessoa com deficiências crônicas e de longo prazo, não é obrigado a contratar os serviços de um advogado. No entanto, uma pessoa com uma deficiência crônica não pode ser presumida incapacitada simplesmente porque ele ou ela recebe atendimento especializado em centros residenciais.

Uma pessoa que pretenda tornar-se curador especial de uma pessoa com deficiência crônica, que é capaz de compreender alguns os seus direitos, mas não todos eles, deve apresentar uma petição e o formulário apropriado (todos os formulários para tutela e as instruções estão disponíveis para visualização e download em <http://www.ninthcircuit.org/research/court-forms/probate-guardian-advocate>), e também a documentos como, por exemplo, Formulário IEP (*Plano Individual de Ensino*), Avaliações Psicológicas e prontuários médicos.

Assim como um advogado é indicado para uma pessoa que alegadamente é incapacitada, o Tribunal irá indicar um advogado para representar o proposto curatelado na curatela especial.

Pessoas supostamente incapacitadas e portadores de deficiência mental devem estar presentes na audiência adjudicatória a menos que ele ou ela não queira participar, ou o advogado da suposta curatelada renuncie o seu comparecimento ou comprove o motivo pelo qual a pessoa não poderia estar presente.

Dentro de 60 dias, a contar da data das Cartas de Tutela, o tutor ou curador especial responsável/responsáveis pela pessoa deve anexar aos autos um Plano Inicial e um Comprovante de Implementação do Plano Inicial. Se o tutor também é Curador do imóvel, também deve apresentar um inventário listando todos os bens da pessoa incapacitada (propriedades e bens pessoais). Planos Anuais, juntamente com o relatório do médico, devem ser anexados

anualmente por aqueles que são Tutores da Pessoa. Aqueles que são Curadores da propriedade também devem anexar as prestações de contas anuais.

Depois que um curador especial/tutor é indicado, ele ou ela tem quatro meses para completar o curso de tutela da família, aprovado pelo tribunal. O Nono Circuito Judicial, oferece o curso *Seniors First* (407-297-9980), no endereço: 5395 LB McLeod Road, Orlando, Florida 32811. Este é o único curso de tutela da família aprovado pelo tribunal.

Tutores e Curadores Especiais são indicados para proteger o tutelado/curatelado e sua propriedade, e defender os direitos deles. Os Tutelados e Curatelados preservam os direitos de serem tratados com humanidade, respeito e dignidade. Eles também mantem os direitos de receberem visitas, de viverem livres de discriminação, os direitos de serem educados, de receberem atendimento e auxílio, privacidade e o direito de poder ser o mais independente possível.

Finalmente, como Tutor e Curador Especial você tem o dever de anexar ao processo uma Proposta de Capacidade caso seu/sua tutelado (a) consiga demonstrar que houve uma melhoria na habilidade de exercer qualquer dos direitos que foram retirados dele ou dela.